

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:

Preço global dos alimentos dispara com guerra no Oriente Médio

O preço dos alimentos voltou a subir no mundo e acendeu um alerta da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a FAO, agência da ONU para Alimentação e Agricultura, a alta está ligada à escalada da guerra no Oriente Médio e já afeta o sistema alimentar global.

O índice de preços da FAO atingiu o maior nível em três anos. O diretor-geral da entidade destacou que a crise já ultrapassou o campo geopolítico e começou a impactar diretamente o abastecimento mundial de alimentos. Entre os produtos que mais subiram estão os óleos vegetais. A alta é atribuída, principalmente, ao aumento da demanda por biocombustíveis e à disparada do preço do petróleo. No caso do trigo, a principal preocupação é a escassez de fertilizantes. Antes da guerra, cerca de um terço dos fertilizantes comercializados no mundo passava pelo Estreito de Ormuz, região estratégica que enfrenta bloqueios e forte tensão militar.

Fonte: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2026/05/08/preco-global-dos-alimentos-dispara-com-guerra-no-orientes-medio.ghtml> (com adaptações).

1. Com base na articulação das ideias apresentadas no texto, depreende-se que a crise alimentar contemporânea:
 - a) Resulta de um déficit produtivo localizado, restrito às áreas agricultáveis das nações em conflito direto no Oriente Médio.
 - b) Manifesta-se de forma transsetorial, em que as tensões geopolíticas atuam como catalisadoras de desequilíbrios na segurança alimentar e na logística global.
 - c) Caracteriza-se como um fenômeno puramente macroeconômico, cujas variáveis de mercado independem de instabilidades bélicas regionais.
 - d) Teve seu processo inflacionário contido após a mediação diplomática da FAO nas rotas de escoamento do Estreito de Ormuz.
2. Analise as assertivas abaixo, levando em consideração as informações e as relações de causa e efeito estabelecidas no texto:
 - I. O aumento no preço dos óleos vegetais é explicado no texto por uma correlação entre o aumento do consumo de alimentos processados e a escassez de petróleo.
 - II. Existe uma interdependência entre a produção agrícola de larga escala e a estabilidade das rotas comerciais de insumos químicos (fertilizantes).
 - III. O alerta da ONU baseia-se na constatação de que o sistema alimentar global já está operando sob o impacto das hostilidades geopolíticas.

Pode-se afirmar que:

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

3. Analise o fragmento a seguir, extraído do texto: **Segundo a FAO, agência da ONU para Alimentação e Agricultura, a alta está ligada à escalada da guerra no Oriente Médio.** No trecho, o emprego das vírgulas justifica-se para:

- a) Marcar a inversão de um adjunto adverbial de lugar, deslocado para o início da sentença por ênfase estilística.
- b) Isolar uma oração subordinada adjetiva restritiva que especifica e caracteriza o papel da FAO no contexto internacional.
- c) Delimitar um aposto explicativo, que tem a função de identificar ou esclarecer o termo mencionado anteriormente.
- d) Separar um vocativo, estabelecendo um chamamento direto à agência da ONU mencionada no relatório.

4. Analise as assertivas abaixo, atribuindo V para as verdadeiras e F para as falsas, considerando os aspectos gramaticais e as relações de significação no texto:

- () Em **A alta é atribuída, principalmente, ao aumento da demanda por biocombustíveis**, o termo **atribuída** poderia ser substituído, sem alteração do sentido original, por **imputada**.
- () Em **No caso do trigo, a principal preocupação é a escassez de fertilizantes**, o vocábulo **escassez** estabelece uma relação de antonímia direta com o termo **carestia**.
- () As palavras **guerra** e **geopolíticos** integram um mesmo campo lexical, dado que compartilham o mesmo radical etimológico e semântico, contribuindo para a coesão temática do texto ao evocarem o cenário de conflitos e relações internacionais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V – V – F.
- b) V – F – F.
- c) F – F – F.
- d) V – F – V.

5. Analise as afirmações a seguir sobre a estrutura argumentativa, o nível de linguagem e a organização das ideias no texto:

- I. O texto apresenta um baixo nível de literariedade por ser escrito em linguagem coloquial, utilizando expressões populares para explicar conceitos complexos de mercado.
- II. O texto utiliza o método indutivo, pois inicia apresentando a falta de fertilizantes no Estreito de Ormuz para somente ao final concluir que existe uma guerra no Oriente Médio.
- III. A ideia central do texto reside na interconexão entre a instabilidade geopolítica no Oriente Médio e a consequente inflação e insegurança no sistema alimentar global.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

6. Uma instituição aplicou uma prova com 80 questões. Um candidato acertou inicialmente 62,5% da prova. Após revisão, verificou-se que 1/5 das questões que ele havia errado deveriam ser anuladas, e todos os candidatos receberam a pontuação correspondente a essas questões. Considerando essa anulação, qual passou a ser o percentual de acertos do candidato?

- a) 72,50%
- b) 75%
- c) 70%
- d) 68,75%

7. Uma empresa contratou dois tipos de serviços, A e B. O serviço A custa R\$ 450,00 por unidade, e o serviço B custa R\$ 720,00 por unidade. Foram contratadas 18 unidades ao todo, totalizando R\$ 10.530,00. Quantas unidades do serviço A foram contratadas?

- a) 11
- b) 8
- c) 9
- d) 10

8. Em uma amostra de sete valores, sabe-se que a média é 18, a mediana é 17 e a moda é 16. Os valores, em ordem crescente, são:

12, 16, 16, 17, x , 24, y

Sabendo que $x < y$, qual é o valor de $x + y$?

- a) 41
- b) 39
- c) 43
- d) 45

9. Um capital de R\$ 20.000,00 foi aplicado por um ano a uma taxa nominal de juros compostos de 12% ao ano. No mesmo período, a inflação acumulada foi de 5%.

Qual foi o ganho real aproximado do investimento?

- a) Aproximadamente 6,67%
- b) Exatamente 7%
- c) Exatamente 12%
- d) Aproximadamente 5,83%

10. Considere a função:

$$f(x) = \frac{x^2 - 9}{x - 3}$$

para $x \neq 3$. Seja $g(x)$ a extensão contínua de $f(x)$ em $x = 3$.

Qual é o valor de $g'(3)$?

- a) 3
- b) 1
- c) O valor não existe.
- d) 6

11. A Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, é o pilar jurídico da medicina veterinária no Brasil. Ela instituiu o exercício profissional. De acordo com a referida Lei, é da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares, **EXCETO**:

- a) A regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas seções e laboratórios.
- b) A peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes, e exames técnicos em questões judiciais.
- c) A assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma.
- d) A regência de cadeiras ou disciplinas médico-veterinárias, vedada a direção das respectivas seções e laboratórios.

12. O zootecnista será responsabilizado pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente pelas infrações éticas e ações que venham a causar dano ao paciente ou ao cliente e, principalmente:

- I. Praticar atos profissionais que caracterizem: imperícia, imprudência e negligência.
- II. Atribuir seus erros a terceiros e a circunstâncias ocasionais que possam ser evitadas, mesmo quando solicitadas pelo cliente.
- III. Buscar se isentar de responsabilidade por falta cometida em suas atividades profissionais, independentemente de ter sido praticada individualmente ou em equipe.
- IV. Deixar de esclarecer ao cliente sobre as consequências socioeconômicas, ambientais e de saúde pública provenientes das suas orientações e atividades técnicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Está correta apenas a assertiva III.

13. Conforme a Resolução 1.475, de setembro de 2022, fica dispensado de transferência de inscrição o profissional que se afastar temporariamente da jurisdição do CRMV em que estiver inscrito para:

- I. Cumprir, exclusivamente, estágio.
- II. Exercer a profissão em período inferior a 120 dias, nos termos do art. 12 da resolução citada.
- III. Ministrando palestras, cursos e similares.
- IV. Frequentar, exclusivamente, cursos de pós-graduação, em qualquer nível, em estabelecimento situado na jurisdição de outro CRMV.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- b) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

14. O Conselho Federal de Medicina Veterinária publicou a Resolução nº 1.666 de agosto de 2025, que institui o Código de Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs. A medida garante mais clareza, celeridade e segurança jurídica nos julgamentos realizados pelos Conselhos Federal e Regionais, fortalecendo a responsabilidade profissional e a transparência no exercício das profissões.
- A comunicação dos atos processuais será efetivada, sucessiva e exclusivamente por meio eletrônico, por ofício expedido mediante correspondência com Aviso de Recebimento, pessoalmente, ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) nos casos definidos no Código de Processo Ético-Profissional (CPEP) no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.
- Assinale a assertiva **INCORRETA** de acordo com o texto a seguir. A comunicação dos atos processuais por publicação no Diário Oficial da União (DOU) deverá conter, para intimações ao denunciante:
- O fim a que se destinam.
 - Convocação para o profissional, em até 15 (quinze) dias, comparecer à sede do CRMV, a fim de tomar ciência do ato.
 - Número do processo administrativo.
 - Nome integral.
15. A Resolução nº 1267, de maio de 2019, aprova o Código de Ética do Zootecnista. Dentre os direitos do Zootecnista, conforme o texto deste Código de Ética estão:
- Requerer remuneração justa e digna por suas atividades profissionais.
 - Indicar aos usuários de suas atividades, as tecnologias mais apropriadas econômica e socialmente.
 - Recusar o exercício profissional quando as condições de trabalho atenderem às necessidades técnicas mínimas, podendo prejudicar o animal, o homem e/ou o meio ambiente.
 - Dirigir suas críticas relativas às normas, regras ou leis às instituições públicas ou privadas, tendo como premissa que os valores sociais são imutáveis e que as regras deles decorrentes necessitam de constante revisão para o prejuízo da população.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - Está correta apenas a assertiva III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I e II.
16. O CFMV e os CRMV constituem em seu conjunto, uma _____, sendo cada um desses dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Preencha corretamente a lacuna:
- Autarquia.
 - Organização da Sociedade Civil.
 - Empresa Pública.
 - Sociedade de Economia Mista.
17. De acordo com a Resolução nº 1138, dezembro de 2016, que aprova o Código de Ética do Médico Veterinário, é direito do médico veterinário:
- Realizar a eutanásia nos casos devidamente justificados, observando princípios básicos de saúde pública, legislação de proteção aos animais e normas do CFMV.
 - Fornecer informações de interesse da saúde pública e de ordem econômica às autoridades competentes nos casos de enfermidades de notificação obrigatória.
 - Apontar falhas nos regulamentos, procedimentos e normas das instituições em que trabalhe, bem como em programas, regulamentos, normas, portarias, decretos e leis municipais, estaduais e federais, com base em conhecimentos técnicos, comunicando o fato aos órgãos competentes, e ao CRMV de sua jurisdição.
 - Exercer somente atividades que estejam no âmbito de seu conhecimento profissional.
18. Conforme a Resolução 1.120 de setembro de 2016, que altera a Resolução CFMV nº 1.005 de 2012, os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária ficam autorizados a realizar acordos para recebimento de débitos referentes a anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais débitos de pessoas físicas ou jurídicas. No caso de vencimento de parcela, incidirão sobre o seu valor:
- Correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento;
 - Multa, de acordo com as Resoluções que disciplinam o pagamento das anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas;
 - Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
 - Correção monetária e juros de mora que serão calculados antes do acréscimo do valor da multa.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - Está correta apenas a assertiva III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
19. De acordo com a Resolução nº 1.666, de agosto de 2025, o processo ético-profissional será instaurado de ofício pelo Plenário do CRMV, **EXCETO**:
- Ao conhecer de atos que considere passíveis de configurar, em tese, infração às normas ético-profissionais a que se submetem os médicos-veterinários e os zootecnistas.
 - Por denúncias anônimas de qualquer natureza.
 - Após comunicação formal decorrente de atividade fiscalizatória oficial realizada, excetuadas as remotas orientativas, em que tenha sido observado possível cometimento de infração ético-profissional.
 - Em razão de comunicação oficial por Diretor ou Conselheiro do CRMV de fato que, em tese, configure infração ética.

20. São privativas dos profissionais zootecnista e médico veterinário, diplomados na forma da lei, as seguintes atividades:
- I. Planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos.
 - II. Participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.
 - III. Promover e aplicar medidas de fomento à produção dos animais domésticos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos.
 - IV. Exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que eles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - b) Está correta apenas a assertiva I.
 - c) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
21. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual analise as afirmativas abaixo e assinale a correta:
- a) As informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são desnecessárias nas demonstrações contábeis.
 - b) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para a capacidade de gerar fluxos de caixas e, não, para o potencial de serviços desses ativos.
 - c) A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) não deve subsidiar e contribuir para a tomada de decisão.
 - d) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
22. De acordo com o Art. 11, § 2º da Lei nº 4.320/1964, o superávit do Orçamento Corrente, resultante da diferença positiva entre receitas correntes e despesas correntes, embora não constitua receita arrecadada, deve ser classificado como Receita:
- a) Tributária.
 - b) Capital.
 - c) Corrente.
 - d) Patrimonial.
23. Com base nas informações constantes na NBC TSP em relação aos elementos das demonstrações contábeis, analise se as assertivas são corretas ou não e assinale a alternativa correta:
- I. Nem todos os direitos de uma entidade são ativos dessa entidade. Para serem ativos da entidade, os direitos devem ter potencial de serviço ou benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes e ser controlados pela entidade.
 - II. Os passivos podem surgir de obrigações não legalmente vinculantes. Essas diferem das obrigações legais, pois a parte para a qual existe a obrigação não pode tomar medidas legais (ou equivalentes) para fazer liquidá-las.
 - III. Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
 - IV. O superávit ou o déficit da entidade para o exercício é a diferença entre as receitas e as despesas que constam na demonstração que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- a) Apenas III e IV estão corretas.
 - b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas I, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas II, III e IV estão corretas.
24. Com base no MCASP assinale a alternativa correta:
- a) Na descentralização orçamentária, as dotações serão empregadas na consecução do objetivo previsto pelo programa de trabalho pertinente, se caso houver saldo da descentralização o órgão poderá utilizar no grupo de demais custeios.
 - b) Em relação aos valores referentes à receita de imposto de renda retidos na fonte quando ocorridos nos Estados, Distrito Federal e Municípios, deve-se efetuar a transferência do valor para União.
 - c) As transferências intergovernamentais constitucionais ou legais podem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita, dependendo da forma como foi elaborado o orçamento do ente. No entanto, em se tratando de transferências voluntárias, a contabilização deve ser como despesa, visto que não há uma determinação legal para a transferência, sendo necessário haver, de acordo com o disposto no art. 25 da LRF, existência de dotação específica que permita a transferência.
 - d) Depois de reconhecidas as receitas orçamentárias, podem ocorrer fatos supervenientes que ensejem a necessidade de restituições, devendo-se registrá-los como dedução da receita orçamentária. Como correspondem a recursos arrecadados que não pertencem ao ente público e não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do arrecadador, há necessidade imperiosa de autorização orçamentária para sua devolução.

25. Sobre os procedimentos contábeis patrimoniais é correto afirmar:
- Os bens recebidos em doação somente devem ser registrados contabilmente após a incorporação formal ao patrimônio mediante pagamento.
 - Considera-se realizada uma variação patrimonial aumentativa quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
 - O reconhecimento da variação patrimonial somente pode ocorrer para a variação patrimonial aumentativa, no momento da arrecadação da receita orçamentária e para a variação patrimonial diminutiva no momento do empenho da despesa orçamentária.
 - O registro da obrigação patrimonial depende da execução orçamentária.
26. Em relação aos princípios orçamentários, analise se as assertivas são corretas ou não e assinale a alternativa correta:
- O princípio da universalidade determina que todas as receitas e despesas do ente devem constar na Lei Orçamentária Anual.
 - O princípio da exclusividade impede a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
 - O princípio da unidade estabelece que cada ente da Federação deve possuir apenas um orçamento, ainda que materialmente dividido em orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.
 - O princípio da não afetação das receitas admite exceções previstas na Constituição, como a vinculação para saúde e educação.
 - Apenas III e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
27. Sobre os instrumentos de planejamento do orçamento público, é correto afirmar:
- A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - A lei orçamentária anual consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, a fim de regularizar a dotação orçamentária.
 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias não obedece à anualidade, porém orienta a elaboração da Lei Orçamentária anual e não é necessário que seja compatível com o Plano Plurianual.
 - As leis orçamentárias são leis complementares de iniciativa do Poder Executivo.
28. O processo orçamentário compreende diversas etapas, considerando o ciclo orçamentário identifique a alternativa correta:
- De acordo com a Constituição Federal não são exigidos critérios ou exceções para as emendas ao projeto de lei do orçamento anual.
 - As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) correspondem aos diferentes conceitos de superávit – nominal, operacional e primário.
 - O estabelecimento da meta de resultado fiscal constitui a primeira etapa do processo de elaboração orçamentária, constante do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e tem por finalidade assegurar a obtenção de superávit primário (ou reduzir o déficit primário) e garantir a redução gradual da relação dívida pública/Produto Interno Bruto (PIB).
 - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, segunda a Lei de Responsabilidade Fiscal não é necessário o demonstrativo de sua evolução e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas, somente após a sua arrecadação.
29. Assinale a alternativa correta em relação a créditos adicionais e fontes de recursos:
- O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior poderá ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais, independentemente da existência de vinculação específica da receita que o originou.
 - O excesso de arrecadação pode ser apurado com base na tendência do exercício, considerando-se a diferença positiva entre a receita arrecadada e a prevista, dispensando-se a dedução dos créditos extraordinários abertos no exercício.
 - A operação de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) não pode constituir fonte para abertura de créditos adicionais, por possuir natureza de ingresso extraorçamentário.
 - Os créditos especiais e suplementares dependem de autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes, podendo ter como fonte o excesso de arrecadação, o superávit financeiro, a anulação de dotações e o produto de operações de crédito autorizadas.

30. A despesa apresenta diferentes estágios com finalidades específicas. Sobre os estágios da despesa pública é correto afirmar:
- No momento em que se emite a nota de empenho é efetuado o registro contábil em contas de controle do sistema orçamentário e procedida à dedução do valor da despesa na dotação orçamentária própria.
 - O empenho pode ser efetuado sob três modalidades: ordinário, global e estimativo. A nota de empenho pode ser parcialmente anulada em alguns casos, porém nunca pode ser reforçada.
 - A competência para autorizar o pagamento decorre de lei ou atos regimentais e não pode ser delegada.
 - No pagamento da despesa pública apropria-se a despesa orçamentária (débito) em contrapartida com a obrigação (crédito), no sistema financeiro, caracterizando a adoção plena do regime da competência e seus efeitos no patrimônio público.
31. O Município Delta firmou um contrato o qual tinha como objeto a prestação de serviços de reforma no prédio administrativo municipal, cuja finalização da execução estava prevista para dezembro de 2025. Ao receber a última medição da prestação dos serviços, o fiscal do contrato detectou falhas e pontuou para a correção antes de certificar a medição do mês, porém as correções somente foram efetuadas no exercício seguinte em janeiro de 2026. Diante da situação assinale a afirmativa correta:
- A despesa deve ser certificada, liquidada e paga com o orçamento do ano de 2026.
 - A despesa deve ser inscrita como despesa de exercício anterior mediante reconhecimento de dívida.
 - A despesa deve ser inscrita em restos a pagar processados e com as correções ser certificada, liquidada e paga no ano de 2026.
 - A despesa deve ser inscrita em restos a pagar não processados e com as correções ser certificada, liquidada e paga no ano de 2026.
32. De acordo com a Lei complementar 101 de 4 de maio de 2000 e suas alterações é correto afirmar:
- Serão computados nas despesas de pessoal os gastos indenizatórios como auxílio-alimentação e auxílio transporte.
 - As despesas de capital, se enquadram como despesas obrigatórias de caráter continuado, como exemplo podemos citar as despesas com obras públicas com duração superior a dois exercícios.
 - No cálculo de limites de despesa com pessoal, dívida pública e operações de crédito pode-se utilizar o superávit primário.
 - Para realização de uma renúncia de receita é necessária a efetivação de planejamento detalhado, incluindo a estimativa de impacto financeiro, com projeções para o ano em vigor e os dois seguintes, e a demonstração de compensação financeira.
33. Quanto à hipótese de incidência, os tributos classificam-se em vinculados e não vinculados a uma atividade estatal. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de tributo vinculado:
- Taxa de fiscalização de vigilância sanitária.
 - Imposto de Renda (IR).
 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU).
34. De acordo com IN RFB 1234 de 11 de janeiro de 2012 é correto afirmar:
- Nos pagamentos de seguros, ainda que por intermédio de corretora, a retenção será feita sobre o valor do prêmio que estiver sendo pago à seguradora, deduzida a parcela correspondente da corretagem.
 - Nos pagamentos correspondentes a aquisições de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins, efetuados por intermédio de agências de viagens, a retenção será feita sobre o total da fatura para a agência de turismo.
 - Não serão retidos os valores correspondentes ao IR nos pagamentos efetuados para os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.
 - As autarquias federais não são obrigadas a efetuar a retenção na fonte do imposto sobre a renda incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.
35. O Ministério de Tecnologia, após a realização de Estudo Técnico Preliminar (ETP), identificou a necessidade de contratar uma instituição para o desenvolvimento de uma plataforma complexa de painéis de dados regionais, voltada ao desenvolvimento institucional e científico do órgão. O estudo concluiu que a entidade a ser contratada deve ser uma fundação de pesquisa sem fins lucrativos. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta a fundamentação correta para essa contratação:
- A contratação poderá ocorrer mediante dispensa de licitação, desde que a instituição brasileira tenha por finalidade estatutária o apoio, a pesquisa e o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, detenha inquestionável reputação ética e profissional, não possua fins lucrativos e o preço seja compatível com o de mercado.
 - É vedada a contratação direta de fundações de apoio pela Administração Pública sob a égide da Lei nº 14.133/2021, devendo o órgão obrigatoriamente realizar certame na modalidade Diálogo Competitivo.
 - O caso configura hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, independentemente da verificação de preços de mercado ou da finalidade estatutária da instituição.
 - A contratação deverá ser realizada obrigatoriamente por pregão eletrônico, uma vez que o desenvolvimento de plataformas de dados é classificado pela lei como serviço comum de engenharia, vedando-se a contratação direta.

36. Conforme a Lei 14.133/2021 sobre os contratos administrativos é correto afirmar:
- a) A extinção do contrato configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.
 - b) O instrumento do contrato é obrigatório, não podendo ser substituído pela nota de empenho nos casos de dispensa de licitação por valor.
 - c) Na contratação que vier a prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência somente será prorrogado quando autorizado pela autoridade competente.
 - d) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura nos casos de contratação direta.
37. Em relação aos convênios assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O convênio ou o contrato de repasse poderá ser alterado mediante proposta de qualquer das partes.
 - b) O concedente poderá liberar os recursos do convênio antes mesmo da assinatura do respectivo instrumento e da aprovação do plano de trabalho, desde que haja urgência na execução.
 - c) A titularidade dos bens remanescentes será do conveniente, exceto se houver disposição em contrário no convênio ou no contrato de repasse celebrado.
 - d) As parcelas da contrapartida poderão ser antecipadas, integral ou parcialmente, a critério do conveniente.
38. Sobre a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) é correto afirmar:
- a) Ao receber uma solicitação de informação, o órgão não pode comunicar ao interessado que não possui a informação.
 - b) Os conselhos de fiscalização profissional estão isentos de divulgar a lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias que os empregados possam receber em virtude de condições específicas.
 - c) É vedado à Administração Pública efetuar quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - d) Negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo é necessário o solicitante efetuar um novo pedido de informação, não sendo possível recorrer a decisão.
39. No que tange ao tratamento de dados pessoais, conforme as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta:
- a) O legítimo interesse do controlador poderá fundamentar o tratamento de dados pessoais sensíveis, desde que a finalidade seja legítima e específica, e que sejam adotadas medidas de transparência e salvaguarda dos direitos do titular.
 - b) O tratamento de dados pessoais sensíveis, tais como origem racial, convicção religiosa ou opinião política, somente poderá ocorrer mediante o consentimento específico e destacado do titular, não sendo admitida qualquer outra base legal para essa categoria de dados.
 - c) O titular dos dados pessoais tem o direito de obter do controlador, a qualquer momento e mediante requisição, a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
 - d) O consentimento fornecido pelo titular para o tratamento de seus dados é irrevogável e irretirável, visando garantir a segurança jurídica das operações realizadas pelo controlador de dados.
40. No que concerne à ética no setor público e aos deveres fundamentais do servidor público, assinale a alternativa correta:
- a) A moralidade da Administração Pública restringe-se à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor, é o que consolidará a moralidade do ato administrativo.
 - b) É vedado ao servidor público o uso de artifícios para procrastinar o exercício de direito de qualquer pessoa, exceto nos casos em que a estrutura do órgão esteja defasada, hipótese em que a demora na prestação do serviço deixa de caracterizar dano moral ao usuário.
 - c) O servidor público poderá omitir a verdade quando esta for contrária aos interesses da Administração Pública ou quando o sigilo for solicitado por autoridade superior, uma vez que a lealdade às instituições precede o dever de informação ao cidadão.
 - d) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos verificados na conduta do dia a dia da vida privada do servidor não poderão influir no seu conceito na vida funcional, dado o princípio da separação entre esferas.

QUESTÃO DISCURSIVA:

O Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina (CRMV-SC), na qualidade de autarquia pública dotada de autonomia administrativa e financeira, deve seguir as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e a Lei nº 4.320/1964. Recentemente, a diretoria solicitou ao setor contábil um relatório detalhado para subsidiar a prestação de contas anual e o planejamento orçamentário do próximo exercício.

Com base nas atribuições do cargo e nas normas vigentes, redija um texto dissertativo abordando os seguintes pontos:

1. Registros Contábeis e Natureza da Informação: Explique a diferença entre o registro contábil de natureza patrimonial e o de natureza orçamentária, exemplificando como um fato contábil (como a arrecadação de anuidades) deve ser lançado em ambos os subsistemas.
2. Conformidade e Demonstrações: Discorra sobre a importância da Conciliação Bancária e da DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) para a transparência na gestão das autarquias, mencionando como a correta segregação de contas a pagar e a receber impacta o Balanço Patrimonial.
3. Planejamento Orçamentário: Discorra sobre o papel do contador na elaboração da Proposta Orçamentária evidenciando os princípios orçamentários.

A redação deverá ter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.